

A CONSTRUÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BAIRRO PERIFÉRICO DE SALVADOR

Débora Nunes

Doutora pelo Institut d'Urbanisme de Paris, da Universidade Paris XII. Professora e pesquisadora da UNIFACS e da UNEB. E-mail: débora.nunes@unifacs.br

RESUMO

O artigo se propõe a uma discussão preliminar sobre o conceito de Economia Solidária, assim como seu contexto de surgimento, como pano de fundo para a descrição e análise de um projeto piloto, que acontece no bairro de Vila Verde, em Salvador. O contexto do bairro e as condições de vida dos seus moradores será apresentado, para um melhor entendimento do desenrolar da experiência. A implementação de uma Horta e de um Restaurante comunitários foram as bases do projeto, que se desenvolveu com a implantação de um Bazar e da venda de 'quentinhas' e lanches para o público externo ao bairro. A dinâmica interna da experiência de Economia Solidária será detidamente descrita e analisada, com objetivo de contribuir para o melhor conhecimento destas práticas que se espalham pelo Brasil e pelo mundo e que se pretendem um exemplo de que *'um novo mundo é possível'*.

RESUMÉ

Cet article propose une discussion préliminaire sur le concept et le contexte de l'Économie Solidaire, comme arrière fond à la description et l'analyse d'un projet pilote, qui se passe dans le quartier de Vila Verde, à Salvador – Bahia – Brésil. Le contexte du quartier et les conditions de vie de ses habitants seront présentés, pour

une meilleure compréhension sur le déroulement de l'expérience. L'implantation d'un potager et d'un restaurant communautaires ont été les bases du projet, qui s'est développé avec l'implantation d'un Bazar et de la vente de repas et sandwichs pour le public externe au quartier. La dynamique interne de cette expérience d'Économie Solidaire sera décrite et analysée, avec l'objectif de contribuer pour une meilleure connaissance de ces pratiques qui se répandent dans le Brésil et partout dans le monde en prétendant être un exemple qu' *'un nouvel monde est possible'*.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Pobreza Urbana; Desenvolvimento local, Participação popular

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA: APROXIMAÇÕES DO CONCEITO

O conceito de Economia Solidária surgiu na França nos anos 90, dentro de uma discussão maior acerca das transformações econômicas do final do século XX, onde ao crescimento econômico vertiginoso não correspondeu um aumento generalizado ao bem estar dos homens e mulheres, mas, ao contrário, um aumento do desemprego e da exclusão social. Outros conceitos, mais conhecidos que Economia Solidária, se desenvolveram dentro de uma lógica de questionamento e/ou interação com a economia liberal (século XIX) e neo-libe-

ral (século XX), a exemplo de Terceiro Setor, Economia Social e Economia Popular. Como estes quatro conceitos são muito próximos e podem ser confundidos na prática, utilizaremos as definições de FRANÇA (2001) para avançarmos em seguida na conceitualização de Economia Solidária¹.

Segundo França, o Terceiro Setor seria o *"universo do privado, porém público"*, que aparece num contexto anglo-saxão onde predomina a idéia da filantropia para fazer face aos problemas sociais e onde, particularmente nos EUA, a ação redistributiva das organizações sem fins lucrativos compete com a ação estatal neste campo. A Economia Social tem um contexto europeu de formulação, em que o Estado providência é a base do enfrentamento dos problemas sociais e onde se desenvolve uma economia com fins sociais baseada em grandes fundações, associações e Cooperativas, que atuam hoje, segundo FRANÇA, como *"apêndice do Estado"*. Já a Economia Popular é oriunda do contexto latino-americano, tem tênue fronteira com a economia informal e se constitui em *"formas de sobrevivência da população mais pobre"*, onde o registro da solidariedade está na base das atividades econômicas, praticamente como um prolongamento da solidariedade familiar ou comunitária.

¹ Para maior aprofundamento acerca destes conceitos ver texto de Genauto França intitulado *Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva nesta edição da RDE.*

“... o movimento sindical brasileiro produziu uma visão particular e esclarecedora sobre a Economia Solidária...”

A Economia Solidária tem afinidades com os conceitos anteriores, mas também particularidades que lhe afirmam como conceito e prática particular. Seria, ainda segundo o mesmo autor, “ *iniciativas apoiando-se sobre atividades econômicas para a realização de objetivos sociais que concorrem a ideais de cidadania*”. Ela têm herança histórica comum com a Economia Social, ou seja, europeia, e dá ênfase especial ao aspecto democrático da organização do trabalho, onde predomina o estatuto associativista e, em alguns casos, o cooperativista. As iniciativas de Economia Solidária articulam a dimensão econômica, social e política em uma só ação coletiva e são experiências que se abrem para o espaço público, no sentido da busca de transformações sociais amplas.

Sobre esta busca de transformações sociais gerais baseadas em iniciativas particulares, o movimento sindical brasileiro produziu uma visão particular e esclarecedora sobre a Economia Solidária, quando diz que “ *Não se trata somente de gerar oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de construir novas relações sociais baseadas nos valores da solidariedade e da cooperação, que fortalecem a participação do cidadão na sociedade*” (Revista Debate Internacional – CUT, 2000). Nesta idéia de construção de ‘novas relações sociais’ está embutida a reorganização de um projeto de transformação social através da mobilização da sociedade civil, que se traduz tanto do ponto de vista da mudança do modelo político, visando a superação da democra-

cia representativa em busca da democracia direta/participativa, quanto a mudança do modelo econômico visando reverter prioridades do Estado e incorporar critérios sociais à idéia de eficácia econômica.

Com intuito de contribuir para uma compreensão mais precisa do que diferenciaria a Economia Solidária de outras iniciativas no mesmo campo econômico e social, foram levantados (junto ao material de divulgação de inúmeras experiências que reivindicam o conceito) alguns princípios que podem ser observados como norteadores destas iniciativas, e que ajudam a caracterizá-las, mesmo que não estejam presentes em todas elas:

- Motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, sejam elas a de produzir e consumir bens e serviços, como a de distribuí-los e comercializá-los;
- Referências de êxito distintas daquelas do capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almeçadas ;
- Processos de autogestão e autonomia, implicando em lógicas de participação e estímulo ao engajamento;
- Criatividade e soluções alternativas face aos problemas e negócios implementados, visando a inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas;
- Preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável pela geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA:

APREENDENDO SEU CONTEXTO

À partir destes referenciais gerais e antes de abordar a experiência concreta que tentaremos descrever e ana-

lisar, passaremos discutir o contexto em que surgiu este conceito. Porque a expressão ‘Economia Solidária’ surgiu no final do século XX, fazendo renascer antigas utopias? Há aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais a serem observados, que, mesmo sendo imbricados, podem ser desdobrados com intuito de propor um melhor entendimento do fenômeno. Do ponto de vista econômico, observa-se uma vinculação com o aumento do desemprego; do ponto de vista político, com o enfraquecimento da idéia de um Estado do Bem Estar

“ Grande parte dos países do mundo – como é o caso brasileiro – passaram a apresentar altas taxas de desemprego...”

Social; do ponto de vista social, com a intranquilidade que representam a junção destes dois problemas citados e do ponto de vista cultural, com pretendidas modificações identitárias que estariam em gestação no momento.

Grande parte dos países do mundo - como é o caso brasileiro - passaram a apresentar altas taxas de desemprego ao longo da década de noventa². Estas altas taxas de desemprego são contemporâneas de uma economia globalizada, gerida numa ótica de livre comércio radical. A globalização liberal, mesmo não sendo uma novidade, foi atualizada na última década pelas operações *on-line*, que multiplicaram o alcance dos contatos internacionais, favorecendo o

² Nas categorias desemprego e subemprego, a Organização Internacional do Trabalho estimou em seu relatório de 1999 uma cifra de aproximadamente um bilhão de pessoas no mundo, um número que vem crescendo a uma média anual de cem milhões de pessoas.

“... a Economia
Solidária seria um
renascer de utopias e
de práticas, que vêm
desde os primórdios
da humanidade e
atravessam toda a
história humana ...”

mundo das finanças e a deslocalização das empresas, que por sua vez realimentam as origens do desemprego. Há uma certa convicção, entre muitos que se debruçam sobre o tema, de que os empregos eliminados ao longo do processo de reestruturação produtiva e de crise econômica das últimas décadas do século XX, dificilmente retornarão, salvo ocorra um expressivo crescimento da atividade industrial e dos serviços. Por isso, tem surgido com alguma expressão a idéia de que se deve buscar ocupação e não necessariamente emprego, trazendo a tona a discussão sobre alternativas de organização dos trabalhadores por uma via autônoma e solidária como as iniciativas de Economia Solidária - capazes de melhorar as condições de vida da população envolvida.

Concomitante a isto tem-se a crise do Estado de Bem Estar - advinda do estado falimentar de muitos estados nacionais, mas também da intensa campanha ideológica dos arautos do neo-liberalismo feitas nas duas últimas décadas - que veio aprofundar o difícil quadro social da nossa época. O esvaziamento do modelo de políticas sociais intensivas de caráter público, desmonta uma das soluções antes vistas como possíveis para as crises periódicas do capitalismo. Certamente o esvaziamento desta alternativa, a falta de perspectiva de retomada de políticas de pleno emprego ou alternativas de redução do desemprego no curto prazo, teriam permiti-

do o fortalecimento de uma certa tendência em particular de solidariedade econômica. Junta-se a isto a importância cada vez maior que a organização da sociedade civil, de forma autônoma - nem via Estado, nem via mercado - vem tendo, e vê-se o surgimento de práticas de solidariedade civil, que, mesmo não sendo novas na história, tomam outro significado e dimensão neste momento.

A estas questões econômicas, políticas e sociais junta-se uma dimensão cultural, que poderia ser entendida como pano de fundo de todos os fatores citados anteriormente. Deste ponto de vista, a Economia Solidária seria um renascer de utopias e de práticas, que vêm desde os primórdios da humanidade e atravessam toda a história humana: o que Marx e Engels chamaram de «comunismo primitivo», as corporações profissionais da idade média, as organizações pré-sindicais do tipo «guildas», as experiências ditas de «socialismo utópico» de Saint Simon, Owen e Fourier, os diversos tipos de Cooperativas de produtores, chegando às comunidades hippies de ‘paz e amor’ e esotéricas da atualidade. Em todas essas experiências, que embora tão diferentes procuram estabelecer uma produção coletiva com base na solidariedade, pode-se identificar elementos do que estamos chamando hoje de Economia Solidária.

Dentro destas experiências que podem ser consideradas ‘antepassadas’ à idéia atual de Economia Solidária, os ideais socialistas - de propriedade coletiva e emancipação humana dos valores de competição e exploração - são sem dúvida uma contribuição das mais importantes. A diferença principal entre a prática real do socialismo vividas no século XX e as demais experiências citadas, é que no campo socialista tentou-se estipular uma tática e uma estratégia para generalizar a experiência numa escala nacional (e mesmo internacional), enquanto as outras experiências foram experimentadas de forma pontual. Este processo de generalização se baseou na tomada do poder

político liderada por um partido e na manutenção deste poder via um Estado socialista. Na tentativa de generalização de uma prática, mesmo que de forma impositiva, o socialismo real deixou subjacente a idéia de que os fins justificam os meios. O fracasso das experiências do socialismo real significou uma fragilização dos meios utilizados, e também dos fins, levando aqueles que lutaram por esta idéia de volta à encruzilhada para reconstruir o caminho.

O ressurgimento na atualidade desta idéia antiga de uma economia solidária parece estar vinculado também com o processo de hiper desenvolvimento dos valores capitalistas: a propriedade, o individualismo e a competitividade. Ao chegar ao paroxismo do consumo e ao reino da propaganda, da mercantilização de todos os aspectos da vida humana, da competição exacerbada, da corrida contra o relógio, a sociedade demonstra a vacuidade destes valores como fundadores das personalidades através das doenças ditas « modernas » : stress, depressão, síndrome do pânico, anorexias, etc. Para muitos este fenômeno se manifesta também sob a forma da sensação de um vazio existencial angustiante.

A reação social a este estado de coisas se dá pelo ressurgimento do ideal de solidariedade, retomando bandeiras históricas. Resgata-se valores da Revolução Francesa, de liberdade, igualdade e fraternidade e o ideário socialista do homem como capital mais precioso, mas com uma compreensão nova. A idéia de uma nova espiritualidade, que implica na busca de uma harmonização pessoal com o universo e com os outros, é a novidade. Todos os rebeldes de antes precisaram romper com a espiritualidade porque ela era manipulada pela Igreja como instrumento de poder. Num momento em que na maior parte dos países do mundo já se completou a desvinculação Igreja-poder, via Estado laico, a espiritualidade toma um aspecto de escolha pessoal, que não precisa mais ser contestada juntamente com a contestação do *status*

“... a idéia de um «homem novo» não é privilégio dos tempos atuais.”

quo. Desta forma ela pode revelar todo seu potencial revolucionário de busca de uma existência plena, já que é impossível haver harmonização pessoal junto com miséria, violência, desigualdade e injustiça.

Certamente a idéia de um «homem novo» não é privilégio dos tempos atuais. Os ideais republicanos e socialistas falavam de um homem novo, solidário, que seria forjado socialmente, pela razão. O «homem novo» de hoje seria forjado ao mesmo tempo por arranjos sociais novos, mas também por uma espiritualidade revalorizada, definidora da “Era de Aquários”. Certamente, no mundo hipermercantilizado em que vivemos, esta “espiritualidade revalorizada” é vendida na lojinha da esquina, mas é também acalentada com sinceridade e vigor por muitos dos novos rebeldes, adeptos da busca de um mundo novo, gerido participativamente e baseado numa Economia Solidária (BOFF, 2001).

Tudo isso soa romântico diante da força do capital, dos interesses financeiros, da política manipulada, da corrupção, da ignorância e da miséria que se perpetua para grande parte dos humanos. Talvez, diante da magnitude da tarefa de transformação social, aparece a consciência de que, para os que se opõem a este estado de coisas, resta a velha e boa guerra de guerrilhas: pequenas ações - locais e globais - que vão minando o grande exército. A diferença é que esta imagem ‘guerreira’ vem também incorporando pouco a pouco a busca da vivência da amorosidade, da vinculação dos ideais globais de solidariedade à prática cotidiana de compartilhar, buscando incorporar novas lógicas que vão além da racionalidade instrumental analítica. Nesta luta, ou neste desafio, melhor dizendo, ao mesmo tempo em que se contrapõe a um

estado de coisas de forma firme, racional, inteligente, se propõe também a mudar a sociedade de forma doce, relacional e espiritual.

É neste contexto que entra a idéia e as práticas da Economia Solidária, que tem se mostrado uma das contestações mais interessantes ao modelo econômico atualmente vigente, pois questionam, na sua própria existência cotidiana, as bases do modelo excludente que deu origem à pobreza e exclusão. Sua principal força talvez seja o exemplo “subversivo” de atuar na economia sem submeter-se aos princípios capitalistas de competitividade exacerbada e lucro privado, dentro de uma lógica de cooperação. Busca-se a origem grega da palavra ‘economia’, que não está na idéia de negócios, como hoje, mas de resolução de problemas domésticos (*oikonomia* de *oikos*, casa), o que remete a um entendimento da economia mais voltado a sobrevivência e ao bem estar da humanidade (ARRUDA, 2000). Por outro lado, a literatura aponta também que até hoje estas práticas têm pequeno alcance e são carregadas de voluntarismo. Algumas polêmicas são encontradas na literatura acerca da origem e destino das práticas de Economia Solidária. Para alguns elas são vistas como uma alternativa objetiva (SINGER, 1999) de estruturação sócio-econômica para a humanidade. Outros questionam se elas seriam uma tentativa de “controle político dos miseráveis” ou, ao contrário, uma “utopia experimental” (VAINER, 2000).

É pensando que estas experiências possam gerar sobretudo outras formas de relações econômicas e humanas, marcadas pela solidariedade, e que elas possam significar «*sementes (que) começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante*», como diz Milton Santos (2000) em um texto testamento, que propomos aprofundar os estudos acerca destas experiências - de cunho micro e macro - para compreender melhor sua dinâmica interna e seu alcance sócio-econômico. Após este voo conceitual e contextual, pretende-se neste texto partir das evidências empíricas encon-

“ O princípio básico da experiência seriam iniciativas econômicas auto-sustentáveis que não visem prioritariamente o lucro, mas sim a sobrevivência dos seus membros...”

tradas numa experiência concreta de forma a contribuir para o entendimento destas experiências, já que elas são novas e as análises em torno delas ainda recentes.

2 - O PROJETO COOPERATIVA DE ALIMENTAÇÃO POPULAR DO BAIRRO VILA VERDE

O projeto piloto foi iniciado em março de 2001, com dois tipos de objetivos: de intervenção e de pesquisa³. De um lado buscou-se incentivar a organização, em Cooperativa, de um grupo de habitantes do bairro Vila Verde (cerca de 10 famílias), para produzir alimentos *in natura* numa Horta Comunitária, distribuí-los em forma de refeição preparada através de um Restaurante Comunitário e vender o excedente. O princípio básico da experiência seria o espírito fundador da Economia Solidária: iniciativas econômicas auto-sustentáveis que não visem prioritariamente o lucro, mas sim a sobrevivência dos seus membros, dentro de uma lógica de solidariedade.

3 Este projeto está inserido na Linha de Pesquisa «Desenvolvimento Urbano, Participação Popular e Economia Solidária» da área de Desenvolvimento Urbano do Mestrado em Análise Regional da Universidade Salvador – UNIFACS.

Do ponto de vista prático, propunha-se que a Horta pudesse funcionar nas imediações no próprio bairro, em terra devoluta e cultivável. A água viria de um charco próximo e em épocas de seca muito intensa buscar-se-ia viabilizar água encanada para a irrigação. Previa-se ser necessário proteger a plantação com uma cerca de arame feita à partir de troncos da própria mata existente. Os equipamentos e instrumentos de trabalho seriam emprestados (enxadas, carro de mão, sementes, adubo, etc.) e, pouco a pouco, na medida do sucesso da iniciativa, estes seriam comprados com recursos próprios.

Para o Restaurante, pensava-se no aluguel de um local no próprio bairro e na busca de doações de equipamentos e instrumentos de trabalho (fogão, geladeira, freezer, mesas e cadeiras, panelas, pratos, copos, talheres e demais acessórios de cozinha). Para a manutenção cotidiana se buscaria a doação e compra de alimentos, assim como material de limpeza. Alguns membros da Cooperativa seriam destacados para a atividade do Restaurante, devendo haver alguma rotatividade com o trabalho da Horta. Uma das premissas de funcionamento do Restaurante seria a cobrança de R\$1,00 por refeição para os habitantes do bairro e R\$ 0,50 para os filhos e cônjuges dos membros da Cooperativa, que seriam alimentados gratuitamente.

Para começar uma experiência piloto, sem nenhum provimento financeiro inicial, contava-se que as diversas inserções sociais da comunidade e do pesquisador, desenvolvidas nos últimos cinco anos de atuação comunitária, pudesse ajudar a mobilizar pessoas e instituições. Contava-se com a experiência de muitos habitantes, advinda da mobilização ao trabalho coletivo feita anteriormente em uma pesquisa-ação vinculada à produção de uma tese de Doutorado, que será comentada posteriormente. Previa-se ainda que acordos pudessem ser feitos, por exemplo, com instituições hoje atuantes no bairro, para o empréstimo de materiais que seriam posteriormente ressarcidos, quando a

iniciativa estivesse se auto-sustentando.

Além da construção de uma iniciativa de caráter econômico, no sentido de busca da sobrevivência e bem estar dos membros e prestação de serviço à comunidade, o potencial pedagógico da iniciativa foi muito realçado no projeto. Pensava-se, por exemplo, em construir o regulamento interno da Horta e do Restaurante paulatinamente, junto às famílias e pessoas envolvidas, em estreita participação dos pesquisadores. Ao observar e estudar os fundamentos das decisões coletivas, os pesquisadores envolvidos produziram conhecimentos que alimentariam a existência da linha de pesquisa citada.

O funcionamento acadêmico seguiria assim a metodologia de pesquisa-ação, que implica que os pesquisadores envolvidos são ao mesmo tempo observadores e participantes da experiência prática, estimulando seu desenvolvimento ao tempo que observam as relações sociais, econômicas e as implicações antropológicas da ex-

periência. Desta forma, compreende-se melhor a dinâmica interna das iniciativas e produz-se indicações que otimizam a prática concreta e análises que ajudam a uma melhor compreensão dos fenômenos em questão. As bases metodológicas deste trabalho de campo seriam aquelas da Antropologia Urbana e na Pesquisa-ação, notadamente a de fundamentação latino-americana, na linha de Orlando Falls Borda, Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão (FALS BORDA, 1986 e 1987; FREIRE, 1982; BRANDÃO, 1986).

3 - O CONTEXTO DO BAIRRO

O Vila Verde localiza-se na região chamada "Miolo" de Salvador, situada entre a Av. Paralela (uma das principais vias da cidade) e a BR 324, principal acesso urbano. Trata-se de uma área de ampliação das fronteiras de urbanização da cidade, que mantém ainda algumas características rurais, como a presença de extensas áreas





Vista aérea do Conjunto Vila Verde.

verdes. Esta região concentra parte significativa dos grandes conjuntos habitacionais da cidade, entre eles o Conjunto Habitacional Mussurunga que deu nome à micro-região onde se encontra o Vila Verde. A pobreza da população local é uma característica evidente na presença de grande número de favelas e invasões na região. Pesquisa feita durante a tese citada (NUNES, 1998) mostra que 80% das famílias do Vila Verde sobrevivem com até um salário mínimo e que há 40% de desempregados.

O Conjunto Vila Verde foi construído pela Prefeitura de Salvador para abrigar famílias vítimas de graves acidentes de desabamento de terra ocorridos durante as chuvas de maio e junho de 1995. As 500 famílias que vieram habitar esse bairro eram

originárias de vários outros bairros populares de Salvador. O Conjunto está situado numa colina e se organiza em torno das ruas “A” e “B” a partir de duas dezenas de caminhos de pedestres que, partindo dessas vias, descem a encosta em direção aos vales alagados que cercam a colina. . O núcleo urbano conta com cerca de 500 lotes de 84 m², com casas de 20m², chamadas “casas embriões”, colocadas umas ao lado das outras ao longo dos caminhos, em lotes de 6 metros de largura por 14 metros de comprimento. O sítio urbano é muito agradável, cercado de verde e de onde se pode perceber o mar, num clima, muito arejado. A superfície total é de mais ou menos 15 hectares.

Neste bairro, desde 1996, vem acontecendo diversas experiências,

iniciadas em torno do trabalho de campo de uma tese de Doutorado, sobre metodologias participativas de intervenção urbanística⁴. Neste primeiro período foram fundadas uma Associação de Mães, uma Escola de Alfabetização de Adultos e uma Creche Comunitária, com apoio de diversas pessoas e grupos, de ONGs, de empresas, todos atuando em estreita vinculação com os moradores à partir da liderança de um animador externo e dos líderes locais. Num segundo momento, a partir de 1999, foi fun-

4 Intitulada “A aprendizagem de cidadania à partir do trabalho comunitário – metodologia participativa de intervenção em bairros populares. Pesquisa-ação no bairro de Vila Verde, Salvador – Bahia/Brasil.”, defendida em abril de 1998, na Université Paris XII, na França.

dada uma ONG, a REDE – Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania, que vem acompanhando estas iniciativas e incrementando outras – como uma Escola de Alfabetização de Crianças - juntamente com a comunidade.

4 - O DESENVOLVER DA EXPERIÊNCIA:

A idéia de uma experiência piloto de Economia Solidária no Vila Verde foi muito bem recebida pelos líderes locais contactados primeiramente, Ada Borges e Domingos Leite, aos quais foi solicitado que entrassem em contato com os demais interessados. Estes dois líderes já tinham experiência de trabalho coletivo pois são oriundos da experiência anterior, já comentada, e este fato permitiu que a iniciativa se desenvolvesse rapidamente, assim como a relação estreita pesquisador com a comunidade, que dava legitimidade à proposta. Logo em seguida, Ada e Domingos buscaram mobilizar um grupo de habitantes do bairro que já no dia seguinte foi visitar áreas contíguas ao bairro para escolher o local da futura Horta. Estas pessoas fazem parte do grupo de habitantes que por diversas vias estão ligados aos projetos comunitários existentes no bairro (principalmente creche e escola comunitária).

A rapidez com que os líderes passaram à ação de mobilização e a facilidade de obter adeptos está intimamente ligada ao sucesso das iniciativas de trabalho comunitário anteriores. Ao longo de todo o processo, esta vantagem foi significativa para superar os problemas do cotidiano. Um exemplo disto foi a discussão, já no primeiro dia, acerca do melhor local para implantação da Horta. Foi feita uma votação para saber a opinião da maioria e a facilidade com que se procedeu a este processo democrático se deve à experiência da maioria das pessoas com processos coletivos anteriores, onde a preocupação com um aprendizado dos rituais da democra-

cia direta estavam presentes. A capacidade de iniciativa testada anteriormente facilitou também uma passagem imediata à ação já que logo no primeiro dia se construiu uma precária ponte para acessar o terreno escolhido, pois este fica do outro lado do córrego que limita o bairro.

O TERRENO E A HORTA:

Esta experiência piloto só foi possível porque o bairro é contíguo a uma área da empresa pública CHESF, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, por onde passam linhas de alta tensão e sob as quais não podem ser construídos imóveis. No princípio os fiscais da CHESF interpretaram aquela movimentação de pessoas no terre-

no – denunciada por um morador do bairro - como uma tentativa de invasão e quiseram desalojar os mutirantes. Este primeiro revés desmotivou a todos, mas Ada procurou explicar as intenções do grupo aos fiscais e mostrou a estes todas as atividades comunitárias do bairro, o que acabou por convencê-los da seriedade de propósitos do projeto da Cooperativa. Ao verificar que a Horta não ofereceria nenhum perigo às linhas da CHESF, além de ser um empecilho a invasões de casas, encaminharam os habitantes aos escalões superiores da CHESF.

Este primeiro contato externo para obter permissão oficial de ocupar o terreno foi feito exclusivamente pelos habitantes, mostrando a capacidade dos líderes do grupo de relac-



onar-se externamente e fazer valer os projetos do grupo. A liberação da área veio a seguir com a solicitação de que nada fosse construído, que não se plantasse árvores grandes, nem se trabalhasse com chuva por causa do risco elétrico. Até hoje este compromisso é fiscalizado pelos homens da CHESF, que intervêm, por exemplo, se os Cooperativados vão à Horta em dias de muitas chuvas.

Durante um bom tempo, cerca de um mês, o principal trabalho desenvolvido era a limpeza do terreno escolhido, ganhando espaço da mata, e consertos contínuos da ponte de acesso, que se tornava ponto de estrangulamento da iniciativa a cada dia, pois o material utilizado se degradava continuamente no contato com a água. Durante este trabalho, semanalmente contava-se com a presença do pesquisador, que introduzia discussões acerca do significado da iniciativa, principalmente das palavras Economia e Solidariedade e contribuía para dar unidade ao grupo.

O trabalho continuou sempre pela manhã com ferramentas que haviam sido conseguidas com base na disponibilidade de cada um e no empréstimo daquelas da creche e de vizinhos. A limitação do número destas ferramentas e em alguns casos a má conservação de algumas delas começou a se tornar um problema. Porém, o fato de que os membros da 'pré-Cooperativa' saberem que não havia nenhuma disponibilidade de recursos fez com que se fosse 'dando um jeito' até surgir alguma solução. Este acordo demonstra que desde o início compreendia-se que a iniciativa era autônoma e que não era possível encontrar ajuda externa facilmente.

As regras de funcionamento foram-se fazendo gradativamente, como por exemplo, o tempo de trabalho diário e a divisão de tarefas de acordo com a vocação de cada um. A Horta significa um trabalho contínuo de plantar, molhar, capinar, cercar, feito sob o sol, o que é duro, principalmente para pessoas sem tradição de agricultura, como é o caso dos moradores de Vila Verde. Felizmente o turno de

trabalho é apenas matutino, sendo que algumas pessoas são destacadas para voltar à tarde para molhar as sementes e brotos.

O problema da água se colocou logo, quando foi verificado o estado da água do charco, completamente poluída pelos próprios esgotos das casas do bairro, que são despejados diretamente aí. Este foi o primeiro evento que demonstrou a distância entre projeto e possibilidade de realização concreta, exigindo criatividade. Depois de várias tentativas de se 'filtrar' a água do charco, decidiu-se construir um poço, e o fato de se ter encontrado água abundante e de boa qualidade significou a salvação das primeiras leiras; esta solução é usada até hoje. Decorrente disto, o primeiro investimento importante realizado com ajuda de doações particulares de pessoas ligadas à REDE e ao pesquisador foi a compra de material elétrico para instalação de uma bomba - comprada de segunda mão na própria comunidade - que levaria água do poço à Horta.

Diversas dificuldades tiveram que ser enfrentadas, como a destruição das primeiras leiras por bichos silvestres e por vacas de uma pequena fazenda vizinha, a praga das formigas que comeram os primeiros brotos, a quebra da bomba, a falta de chuva. A presença de S. Vadu, um ex-agricultor de 77 anos, foi importantíssima para que a experiência vingasse, pois sua experiência, perseverança e

vinculação à Horta, contagiou os demais. De modo geral, os visitantes da iniciativa mostram tal entusiasmo com a Horta - atividade pouco comum no meio urbano - que de forma ou de outra, acabam ajudando materialmente seu desenvolvimento. O problema da ponte, por exemplo foi finalmente resolvido com uma construção relativamente sólida feita com ajuda de um grupo de estudantes que visitaram a iniciativa.

A IMPLANTAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO RESTAURANTE:

O Restaurante comunitário, que teoricamente deveria funcionar quando a Horta já estivesse produzindo, começou a funcionar já no segundo dia da iniciativa. Ele se impôs como sustentáculo do próprio trabalho da Horta, para que os envolvidos pudessem se alimentar gratuitamente já que trabalhavam durante toda a manhã na Horta e precisavam comer em algum lugar, assim como os filhos menores das mulheres envolvidas. A idéia da cobrança de R\$ 0,50 pela refeição dos familiares dos cooperativados foi impossível de ser implementada por absoluta falta de dinheiro dos mesmos e acertou-se que os filhos menores e familiares velhos ou doentes poderiam comer de graça.

É importante voltar a realçar que a dinâmica da realidade nunca pode ser completamente prevista num projeto, mas que a possibilidade de fazer-





se ajustes contínuos é o que demonstra o grau de flexibilidade e autonomia dos atores sem o qual projetos deste tipo são destinados ao fracasso.

Por outro lado, como estava previsto no projeto, o apoio da creche e da escolinha comunitárias para o funcionamento do Restaurante Comunitário foi fundamental no início. O empréstimo de gêneros alimentícios e utensílios permitiu a improvisação, na casa de Ada, de um espaço onde se confeccionava o almoço de todos, logo após o trabalho na Horta. Esta solução inicial não poderia perdurar para não comprometer o funcionamento das duas instituições comunitárias e o problema de angariar fundos para a manutenção do Restaurante passou a ser prioritário. Passou-se a buscar doações em gêneros de comerciantes locais assim como a venda de pratos a R\$ 1,50 a pessoas que pudessem pagar (comerciantes) para subsidiar, a cada dia, as compras do dia seguinte.

A partir da iniciativa de Ada, conseguiu-se emprestado um salão próximo, que estava à venda, para funcionamento do Restaurante. A partir de então o projeto passa a ter uma sede provisória, visível para a comunidade, o que serviu para aumentar a clientela nos dias seguintes. Foi sugerido também um Bazar permanente no local como forma de conseguir mais recursos para sua manutenção. Esta idéia veio das experiências anteriores, onde muitos Bazares foram fei-

tos em finais de semana para arrecadação de recursos para o financiamento de atividades comunitárias. A existência de um local fixo proporcionou o funcionamento contínuo do Bazar, apoiados por doações de simpatizantes da iniciativa, geralmente trazidos pelos líderes e pelo animador externo, desde as experiências anteriores.

O Restaurante passou a ser uma motivação de visitas diversas, assim como a Horta e estas visitas externas eram uma motivação importante para os mutirantes. O caráter de pesquisa da experiência motivou várias visitas de caráter universitário e muitos estudantes passaram a contribuir de alguma forma com a iniciativa, seja com doações em dinheiro, peças para o Bazar ou simplesmente pagando um pouco mais caro pela comida do Restaurante. Algumas tentativas de contribuição organizada de alunos da UNIFACS foram feitas e funcionaram por um tempo mas acabaram se diluindo até desaparecer completamente.

O Restaurante significa um volume de trabalho considerável, pois é preciso limpar, preparar a comida, servir, lavar pratos, fazer compras para o dia seguinte e recomeçar tudo a cada dia. Além disto, é preciso contabilizar a entrada e saída de gêneros e de dinheiro, o que se revelou logo uma atividade complicada, que será discutida mais tarde. O volume de trabalho, tanto na Horta quanto no Restaurante, motivou algumas saídas de cooperativados nos primeiros tem-

pos, pois a idéia de um retorno a longo prazo não se impõe facilmente. Discutiremos a seguir o desenrolar das relações entre os membros da Cooperativa ao longo do tempo, no enfrentamento destes e de outros problemas.

O COMPORTAMENTO DOS PARTICIPANTES DA EXPERIÊNCIA:

Observa-se que as pessoas que se vinculam inicialmente a uma proposta como esta têm alguma afinidade pessoal como os líderes do bairro, que os convidou a participar, sendo esta a primeira condição de aproximação. A busca de uma alternativa de sobrevivência e o desejo de participar de uma dinâmica coletiva, parecem ser as motivações mais comuns para se vincularem ao projeto, sendo que o prazer do trabalho agrícola também foi citado por alguns como motivação de “pertencimento” ao projeto. Pode-se deduzir também que, na medida do desenvolvimento da iniciativa, um certo prestígio é conferido ao participante, na medida do ir e vir de visitantes no bairro, dos empreendimentos (a Horta, o Restaurante, o Bazar) que se consolidam no cotidiano e que despertam, no mínimo, curiosidade. Este fato parece seduzir alguns, pelo menos por algum tempo, e estes se aproximam e se afastam em seguida, se outras motivações mais sólidas não aparecem.

As pessoas que fazem parte da Cooperativa são majoritariamente adultos do sexo feminino, e podem ser divididos em três grupos segundo a permanência deles no processo. Há os que são constantes desde o começo, que podem ser chamados de “linha de frente” e que contam cinco pessoas, incluindo o animador externo. Os majoritários são aqueles que mantêm um vínculo instável, ora participam, ora não, que podem ser chamados de “intermitentes”, porque sempre voltam. Outros têm participação eventual, em momentos de maior atividade, quando são solicitados a estar presentes, mas depois se afastam; estes são os “ocasionais”. Há ainda aqueles que se vinculam à experiência por um tempo, geralmente de

“Teoricamente, qualquer pessoa passando por um momento de grande dificuldade financeira poderia participar do projeto para conseguir comida...”

modo assíduo, como os de “linha de frente” e que acabam por afastar-se, numa dinâmica de conflito com os líderes, que será discutida posteriormente.

Podemos observar que os membros que formam a ‘linha de frente’ da iniciativa têm em comum o fato de terem sua sobrevivência já garantida por outra atividade. Esta condição de dedicação contínua ao projeto é aquela dos líderes, mas também de pessoas sem esta característica, o que pode indicar que a motivação ao trabalho coletivo se baseia mais numa vocação a este trabalho do que à condição de destaque dentro do mesmo. Os “intermitentes” têm uma vocação clara, mas não estão tão imbuídos do compromisso, ou não podem exercê-lo por questões materiais, ou seja, por necessitarem de outras ocupações ou ‘biscates’ para sobreviver. Já os ocasionais se aproximam do projeto quase por acaso e se vão também muito rapidamente.

Durante o período aqui analisado, de oito meses, cerca de quarenta pessoas foram diretamente vinculadas à experiência, o que é um número expressivo. Este número, porém, nunca foi conseguido de maneira concomitante, e esta é uma das dificuldades do projeto, já que, por uma definição legal, é preciso um mínimo de 20 pessoas para formar oficialmente uma Cooperativa. Esta dificuldade leva à questão do porquê da ausência de motivação de participar de um projeto que tem uma vantagem inicial bastante interessante, à primeira vista, que é a alimentação gratuita para o participante e seus filhos. Teoricamente, qualquer

pessoa passando por um momento de grande dificuldade financeira poderia participar do projeto para conseguir comida, mesmo que apenas de forma emergencial, e isto não acontece.

As motivações de abandono também precisam ser estudadas. De modo geral o afastamento daqueles que tiveram um vínculo mais forte se dá por motivos variados, que vão do cansaço com o trabalho exaustivo, passando por conflitos pessoais e por disputas de liderança, até o fato de não vislumbrarem futuro para a iniciativa. Em alguns momentos particularmente duros da experiência acontece o desânimo; para os membros, devido a questões que discutiremos posteriormente, a vantagem comparativa de estarem trabalhando numa iniciativa própria, onde tudo é de todos e onde eles estão construindo um pequeno patrimônio coletivo não é percebida. Da mesma ordem de motivações de abandono está a baixa remuneração obtida pelos dividendos, que hoje ainda não chega nem à metade de um salário mínimo.

Uma outra interrogação ainda sem resposta é o porquê a nova condição da Cooperativa, quando esta começou a se consolidar, de distribuir dividendos semanais, mesmo que pequenos, não mudou a filiação ao projeto. Observa-se que o perfil numérico dos “linha de frente”, “intermitentes” e “ocasionais” se mantém, não sendo o dinheiro uma motivação maior de vinculação ao projeto. Mais intrigante ainda é o fato da saída de alguns membros, pelos mais diversos motivos (mas sem conflitos pessoais explícitos e com a manutenção de uma relação cordial com a Cooperativa) não ser revertida nem em momentos de absoluta falta de recursos para a sobrevivência da sua família. Pessoas que sabem que a Cooperativa mantém suas portas abertas, e que há trabalho para todos, não voltam a participar nem quando os filhos estão passando fome.

O entendimento destas questões deve ser buscado dentro de uma compreensão geral acerca da vivência da pobreza e suas conseqüências, que foi discutida na tese de Doutorado cita-

da, desenvolvida exatamente nesta comunidade, que trabalha esta questão identificada como a “interiorização do estigma da pobreza”. Várias das características da experiência vêm corroborar estes estudos acerca das conseqüências da vivência da pobreza, particularmente da contínua restrição financeira, da baixa escolaridade, da moradia em locais degradados e/ou distantes e da pouca privacidade pessoal, familiar e grupal, entre outros. Estas características, que têm conseqüências variadas - que vão desde uma grande capacidade de solidariedade a um contínuo sentimento de impotência - tornam-se ainda mais marcantes no convívio social dos pobres com a sociedade incluída.

Para falar de maneira simplificada desta relação pobres/sociedade, poderíamos dizer que esta os estigmatiza à partir das suas características físicas e comportamento social, dando-lhes uma identidade negativa, que em última instância lhe vê como “perdedor”. Esta imagem estigmatizada, vivida continuamente, acaba introjetada e resulta numa ampla gama de comportamentos que denotam baixa auto-estima (FREIRE 1999). Uma conseqüência desta auto-imagem negativa pessoal é que ela acaba por atingir o grupo, na medida em que causa desconfiança na capacidade deste de realizar seus projetos, favorecendo as desistências do projeto coletivo.

Por outro lado, características do cotidiano dos pobres, vinculada com as contínuas preocupações de sobrevivência e conseqüente horizonte de vida restrito ao tempo presente e ao futuro imediato, e ainda a pequena mobilidade no espaço da cidade, que implica num grande isolamento no próprio grupo social (NUNES, 1998), dificultam a iniciativa. Estas características não estimulam a perseverança, a visão de longo prazo, a autoconfiança pessoal e grupal, os contatos externos, necessárias às iniciativas coletivas. A inexperiência com este tipo de vivência de projetos coletivos, que exige o conhecimento dos rituais da democracia direta são também entraves para os recém- chega-

“Ouve-se muito comentários do tipo ‘fulano fala demais e trabalha de menos’...”

dos, que de certa forma fazem ‘atrasar’ o desenrolar das atividades, até que aprendam estes rituais ou se afastem do projeto.

OS CONFLITOS INTERNOS E A RELAÇÃO COM LÍDERES

É importante salientar a existência de um certo número de conflitos internos, de natureza interpessoal, que foram causa de muitas desistências ao longo do percurso. As dificuldades de relacionamento são uma constante e são de modo geral vinculadas ao comportamento das pessoas no grupo. As bases das disputas internas são as idiossincrasias pessoais, que motivam conflitos em qualquer grupo humano, mas que no caso de uma experiência num contexto popular, parecem ser ainda mais agudas. As diferenças de dedicação de cada um é uma das causas mais constantes de brigas; ouve-se muito comentários do tipo ‘fulano fala demais e trabalha de menos’, ou reclamações acerca do atraso na hora de chegar ao trabalho, entre outras.

Em relação aos líderes, as relações são da ordem da legitimação ou da ordem da competição. Na legitimação reconhece-se o papel do líder como mobilizador e dirigente e convive-se em harmonia com este papel, numa relação que pressupõe muita confiança. A característica ‘mobilizadora’ dos líderes da experiência – em contraste com o autoritarismo dos líderes ‘fortes’ (NUNES, 1998) – é um dos pilares de sustentação da Cooperativa. Na tese citada tratamos da existência de uma tendência humana de ‘busca de reconhecimento’ (TODOROV, 1995), que seria ainda mais aguda na vivência de situações de restrição do

reconhecimento, como é o caso da vivência da pobreza. Neste contexto podemos observar que certas pessoas têm continuamente uma atitude de tentar sobressair-se no grupo, competindo com os líderes reconhecidos e forçando uma liderança que não têm, o que acaba por cansar as pessoas, gerar disputas e finalmente uma ‘depuração’ daquele membro “incômodo”.

Por outro lado, alguns episódios são ilustrativos de outro tipo de conflito comum nestas experiências, quando não há um reconhecimento do papel do líder, principalmente da parte dos recém-chegados. A incompreensão e a desconfiança foram causa, por exemplo, de um conflito entre um grupo de adolescentes de uma banda no bairro que se aproximou da iniciativa e que ficou pouco tempo por desconfiarem da condução financeira do processo. Estes conflitos, mesmo que raros, causam enorme desgaste aos líderes, que se sentem injustiçados, por serem muito sacrificados pelo enorme esforço pessoal que fazem para manter a iniciativa em funcionamento. Além do exemplo pessoal de dedicação e trabalho extremos, eles se expõem a críticas, por exemplo, quando tentam fazer valer as regras de funcionamento do grupo decididas conjuntamente, o que é um dos papéis do líder.

A relação do grupo com a comunidade externa contém elementos de conflito e de cooperação. O primeiro conflito da Cooperativa foi quando da denúncia de um morador à CHESF acerca da ocupação do terreno. Esta denúncia, de uma suposta ‘invasão’, está relacionada com disputas antigas de liderança que existem no bairro. Porém, de modo geral, a iniciativa tem apoio da maioria da comunidade, e este apoio se explicita, por exemplo, quando o grupo vai buscar ajuda dos comerciantes para doação de gêneros alimentícios para o Restaurante, ou pedir o empréstimo de ferramentas para desenvolver suas atividades. A evidência maior do respeito da comunidade para com a iniciativa é o fato de que a área da Horta é intocada. Mesmo sendo contígua ao

“Outro aspecto da questão, que merece uma investigação mais profunda, é a dificuldade de separar o pessoal do coletivo.”

bairro e sem proteção à entrada, nunca houve atos de vandalismo ou roubos da colheita, o que indica uma boa aceitação.

A CONTABILIDADE DAS AÇÕES E OS NEGÓCIOS DA COOPERATIVA:

Um problema constante do processo de gestão da Cooperativa foi a dificuldade dos membros de prestarem contas corretamente dos gastos, principalmente das compras da cozinha e do Bazar, que implicam numa contabilidade cotidiana. Esta contabilidade é dificultada pela baixa escolaridade dos membros e pelo fato de esta ser uma novidade no cotidiano das pessoas, já que dificilmente eles gerem a economia doméstica num espírito de receitas e despesas. Este fato é decorrente da inexistência, para a maioria, de uma fonte de renda fixa, como um salário, já que a maioria dos cooperativados é de desempregados ou biscateiros.

Outro aspecto da questão, que merece uma investigação mais profunda, é a dificuldade de separar o pessoal do coletivo. Observa-se que na relação com os fundos que entram e saem cotidianamente na Cooperativa é freqüente uma certa imprecisão nas contas. Esta imprecisão não pode ser encarada como desvio de dinheiro, já que ela se apresenta tanto no sentido do dinheiro da Cooperativa suprir uma necessidade pessoal, como uma necessidade da Cooperativa ser suprida por recursos pessoais. Este fato é

conhecido dos estudiosos da Economia Popular e reflete uma tendência a uma administração de negócios visando a manutenção da vida e não visando simplesmente o lucro (KRAY-CHETE, 2000).

Um exemplo desta forma de gerir a sobrevivência cotidiana é a contabilidade do Restaurante que indica que ele está condenado – nas atuais condições – a ser deficitário. Se pensarmos, entretanto, que apesar da ampliação dos negócios da Cooperativa, a viabilidade e expansão do empreendimento comunitário só existiu por causa do Restaurante, vê-se que a lógica contábil deve ser outra. O Restaurante é deficitário mas ele alimenta os cooperativados e suas famílias, o que significa um grande serviço prestado ao grupo e contribui para a continuidade do projeto coletivo. Da mesma forma, o retorno financeiro da Horta é precaríssimo, mas ela é um dos maiores atrativos do projeto para o público externo.

Graças ao espírito empreendedor dos participantes da Cooperativa, principalmente de seus líderes, as fontes de renda coletiva foram se ampliando gradativamente. Além das doações externas, do Restaurante e do Bazar, conseguiu-se fazer contratos precários de fornecimento de “quentinhas” para duas empresas construtoras. Uma conquista particularmente importante foi o contrato com a Prefeitura de Salvador para fornecimento de lanches aos 50 jovens do programa federal ‘Agente Jovem’, que educa adolescentes do bairro. A Cooperativa recebe o pagamento em tickets restaurante, com os quais compra os alimentos tanto para o Restaurante Comunitário como para o próprio lanche dos jovens. No último mês, com a inauguração de uma estação de transbordo de ônibus nas proximidades do bairro, estão sendo vendidos lanches diariamente, o que se configura em mais uma atividade da Cooperativa.

Entre as dificuldades encontradas para o exercício da atividade ‘empresarial’ do grupo, está a inexperiência gerencial e precariedade legal da Cooperativa (que ainda não está ofi-

cializada). Estes dois aspectos fazem com que o grupo se exponha a ser ludibriado, como de fato foi, por empresários inescrupulosos, que se aproveitam da situação para não pagar o que devem. Um membro da Cooperativa já teve que entrar na justiça em nome desta para receber dívidas, mesmo com tão pouco tempo de existência da mesma. Estas dificuldades, como a necessidade de fazer uma cobrança contínua a mal pagadores, é pedagógica, mas extremamente cansativa pessoalmente e desmotivante para o grupo.

A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O início da distribuição de dividendos da Cooperativa deu-se cerca de três meses depois de iniciados os trabalhos e significou um momento especial, que demonstrou amadurecimento do grupo. A idéia de quais deveriam ser os critérios desta divisão foi sendo discutida aos poucos e duas coisas foram decididas sem maiores conflitos: decidiu-se operar com o critério da frequência, ou seja, todos receberiam conforme o tempo trabalhado; foi decidido ainda que aqueles que se ausentassem por um motivo justo (como doenças, problemas com a família, necessidades de resolver questões pessoais importantes, etc.) também entrariam no cálculo da divisão. Outros critérios, como o desenvolvimento de atividades que envolvam maior dispêndio de energia física e a dedicação cotidiana, que significa fidelidade ao projeto, sempre são reconhecidas na hora de repartir os dividendos.

Outra decisão tomada acerca da divisão de dividendos, que demonstra a existência de uma racionalidade baseada na ética, foi a de que seria distribuída apenas a receita gerada pelos próprios cooperativados. As doações seriam sempre investidas na melhoria das condições de trabalho, principalmente do Restaurante, da Horta e do Bazar, já que se entende que os apoiadores externos contribuem visando o desenvolvimento do projeto da Cooperativa e não distribuir dividendos para seus membros.

“Em alguns momentos premia-se um recém chegado com mais dinheiro do que o que ele efetivamente trabalhou...”

Logicamente em alguns momentos existe exceção à regra, sempre quando se prevê o recebimento de recursos próprios numa perspectiva imediata, mas o princípio de que o que se recebe foi o efetivamente trabalhado é a base das decisões coletivas.

É muito importante observar que a ética da divisão de dividendos não precisa ser aprendida, ela é moralmente entranhada nas pessoas, e mesmo quando há discordâncias sobre a proposta, os conflitos resolvem-se facilmente pela conversa. Poder-se-ia especular que numa comunidade onde o dinheiro é tão escasso estas divisões de dividendos seriam problemáticas, o que não é absolutamente o caso. É um momento de festa e nunca aconteceram discordâncias profundas. Em alguns momentos premia-se um recém chegado com mais dinheiro do que o que ele efetivamente mereceu pelo seu trabalho, como incentivo, e isto nunca é motivo de disputa.

OS ANIMADORES EXTERNOS E AS PARCERIAS COMO PILARES DE APOIO:

Considerando as dificuldades descritas acerca da condição de pobreza, que podem inviabilizar a iniciativa popular, a presença de um “animador externo” (NUNES, 1998) é um apoio crucial. Ele cumpre o papel de incentivador do projeto, ajuda a organizar as atividades, media os conflitos entre os participantes e intermedia a relação com pessoas de fora da comunidade para conseguir recursos para a iniciativa. No caso específico desta experiência piloto, a legitimida-

“ O desafio do animador externo é de estabelecer uma relação horizontal com os habitantes...” ”

de do animador, advinda da sua presença no bairro há mais de cinco anos, facilitou desde a rapidez dos habitantes em incorporar a proposta, até a resolução de muitos problemas no desenrolar da experiência.

O desafio do animador externo é de estabelecer uma relação horizontal com os habitantes, reconhecendo sua particularidade no interior da experiência - como pesquisador-participante oriundo de outra classe social - mas sem estabelecer hierarquias. Este problema, assim como o de evitar a tutela dos membros da iniciativa e a dependência desta em relação à pessoa do animador externo foram evitadas com certa facilidade. Este fato é decorrente da relação estabelecida com os líderes da Cooperativa em experiências coletivas anteriores, já citadas. Entretanto, para os membros novos da iniciativa esta atividade de vigilância contra a tutela e a dependência é uma constante.

Outra forma de motivação e ‘cientização’ (FREIRE, 1982) foi a organização de palestras com convidados externos, que se mostraram amplamente motivados a intervir. A idéia de que a experiência piloto de Economia Solidária pudesse servir como um aprendizado amplo de cidadania para os interessados, foi viabilizada para ampliar a visão das pessoas sobre temas correlatos à experiência. Foram convidados um professor de história, um vereador ligado a questões ambientais, uma pesquisadora que trabalha com questões vinculadas à vivência da pobreza, assim como foi passado um vídeo sobre a estruturação social brasileira. As reuniões aconteciam na sede da creche comunitária e contaram com a presença de cerca de vinte cooperativados, e seus familiares, a cada vez.

Os apoios externos, fundamentais para o início, a consolidação e expansão da experiência da Cooperativa, se basearam na ação de amigos, colegas, familiares e alunos do pesquisador/animador, assim como dos líderes locais, mostrando que as relações pessoais contam grandemente no sucesso da iniciativa. Além dos apoios pessoais, os parceiros institucionais da Cooperativa são: a REDE de Profissionais Solidários pela Cidadania, a Universidade Salvador (UNIFACS) e os alunos do curso de especialização em Economia Baiana, funcionários do DESENBANCO, que tiveram a experiência do Vila Verde como trabalho de campo de uma disciplina na UNIFACS. Estudantes de Arquitetura e Economia, da mesma Universidade, também apoiaram o projeto em alguns momentos, mas este é um vínculo muito frágil e intermitente.

Os apoios se efetivavam enquanto assistência técnica, trabalho manual, doações (em gêneros alimentícios, instrumentos de trabalho, peças para o Bazar, tickets), além de contribuições em dinheiro. As parcerias caracterizam-se principalmente por se basearem na solidariedade (pessoal/institucional), na confiança mútua entre parceiros, na informalidade da relação de parceria e, na maioria das vezes, inconstância do compromisso de ajuda à Cooperativa.

As primeiras doações foram conseguidas por Ada, junto a antigos parceiros da creche, para o funcionamento do Restaurante: panelas, pratos, etc. O animador externo conseguiu doações de sementes e ferramentas, graças a simpatia de amigos ao projeto. Para ajudar a consolidar o Restaurante foram organizados vários almoços, principalmente o almoço mensal dos membros da REDE, e o pagamento da alimentação era feito sempre a mais do que o valor previsto. A visita de parceiros, além de ajudar financeiramente, sempre ajudou a animar os cooperativados quando estes se encontravam desmotivados por exemplo pela saída de algum membro. O ânimo novo dos visitantes ajuda a recuperar a confiança na Cooperativa.

“ ... os resultados preliminares do projeto não podem ser vistos apenas do ponto de vista material...” ”

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A precariedade da experiência, que surgiu de uma idéia imediatamente abraçada pelas pessoas, mais sem qualquer tipo de apoio financeiro foi uma constante até aqui, mas comprova as possibilidades deste tipo de iniciativa. Se sem nenhum apoio público e sem capital próprio inicial chego-se a alimentar 10 famílias, subsidiar alimentação para mais pessoas da comunidade e ainda gerar alguma renda para os cooperativados, imagine-se o que a iniciativa popular poderia fazer com um pouco de crédito?

Além disto, os resultados preliminares do projeto não podem ser vistos apenas do ponto de vista material, lembrando as características almeçadas pelas experiências de Economia Solidária, citadas no início deste texto, onde figura a idéia de que suas “referências de êxito são distintas daquelas do capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almejadas”. Ainda referenciando-se nestas características, pode-se observar também que a Cooperativa do Vila Verde apresenta “motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, sejam elas a de produzir e consumir bens e serviços, como a de distribuí-los e comercializá-los”. Foram observadas, ainda, o desenvolvimento de “processos de autogestão e autonomia, implicando em lógicas de participação e estímulo ao engajamento”, assim como a “criatividade e soluções alternativas face aos problemas e negócios implementados, visando a inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas”.

Todos estes elementos precisam ser mais estudados e o serão, com a continuidade do projeto, mas é importante reconhecer que pelo menos uma das premissas para que o exercício da Economia Solidária possa vir a ser uma nova utopia da sociedade não foi exercido. Trata-se da “*preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável para a geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes*”. Diante das enormes dificuldades que um projeto deste tipo enfrenta no seio de uma comunidade pobre estas preocupações não foram enfrentadas devidamente, mas espera-se que o sejam, em algum momento no futuro.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Marcos. Globalização e cooperativismo popular: desafio estratégico (mimeo.) Rio de Janeiro, 1996.
- BOFF, Leonardo e ARRUDA, Marcos. Globalização: Desafios socioeconômicos,

- éticos e educativos: uma visão à partir do Sul. Editora Vozes, Petrópolis, 2000.
- BOFF, Leonardo. A voz do arco-íris. Letraviva, Brasília, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (organizador). Pesquisa participante, 6a. edição, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- FALS BORDA, Orlando. Ciencia Propria y Colonialismo Intelectual. 3ª. edição. Carlos Valencia Editores, Bogotá, 1987.
- FALS BORDA, Orlando. Conocimiento y poder popular: lecciones con campesinos de Nicaragua, México, Colombia. Bogotá, Siglo Veintiuno Editores, 1986.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Don et économie solidaire - esquisse d'une théorie socio-économique de l'économie solidaire, Hors-série de La Revue du MAUSS, Paris, 2000, 117 p.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.
- KRAYCHETE, Gabriel (organizador). Economia dos setores populares, entre a realidade e a utopia. Petrópolis, 2000.
- LAVILLE, Jean-Louis. L'indivisible tryptique. In Transversales, Science/Culture, no. 59, Paris, set/out 1999.
- LAVILLE, Jean-Louis. L'économie solidaire - une perspective internationale, Desclée de Brouwer, Paris, 1994.
- Le Monde Diplomatique. Maio, 1998, Abril, 1998; Julho, 1998; Abril, 2000; Julho, 2000; setembro 2000.

- LIPIETZ, Alain. Pour le tiers secteur : l'économie sociale et solidaire : pourquoi et comment. Éditions La Découverte & Syrus, Paris, 2001.
- MOURA, Suzana; LIMA, Ana Luiza Codes; NUNES, Débora, VASCONCELOS; Nilton e MEIRA, Ludmila. Gestão do Desenvolvimento Local, Economia e Solidariedade. Salvador, NEPOL/EAUFBA, Oficina sobre Metodologias de Avaliação de Projetos de Desenvolvimento Local. 2001 (no prelo).
- NUNES, Débora. L'apprentissage de la citoyenneté à partir du travail communautaire - Methologie participative d'interventions dans les quartier populaires - Recherche-action a Vila Verde, Salvador, Brésil. Tese de Doutorado defendida no Istitut d'Urbanisme de Paris, Université Paris XII, França, abril 1998.
- Revista Debate internacional - CUT. Maio, 2000.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SINGER, Paul. Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas. São Paulo, Contexto, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. La vie commune - Essai d'anthropologie générale. Paris, Editions du Seuil, 1995.
- Bahia/Brasil.”, defendida em abril de 1998, na Université Paris XII, na França.



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

CURSOS DE EXTENSÃO 2002

O Pensamento econômico e social de Marx

Carga Horária: 30 horas

Professor: Fernando Pedrão (Livre Docente – UFBA)

Metodologia de Pesquisa

Carga Horária: 32 horas

Professor: Milton Sampaio (Mestre em Administração pela UFBA)

Elementos de Cartografia

Carga horária: 28 horas

Professora: Barbara-Christine Nentwig Silva (Doutora em Geografia, Universidade Freiburg - Alemanha)

Informações e inscrições pelos telefones 273-8557/273-8528/ 270-8744